



ID: 59523497

01-06-2015

Desconfianças



**António
Domingues
Azevedo**

Bastonário
da Ordem dos
Técnicos Oficiais
de Contas

Estamos em pleno período de campanha eleitoral não declarada. A chamada pré-campanha. É a altura para discutir e debater as propostas apresentadas pelos partidos, envolvendo múltiplas temáticas. Normalmente esquecidas e maltratadas ao longo de toda a legislatura, as empresas saltam para o topo da atualidade quando se aproxima a hora de depositar o voto na urna. Catalisadoras do sangue que circula nas veias da economia nacional e referencial de estabilidade social, as empresas têm sido afastadas

de uma estratégia coerente e de longo prazo, sendo vistas numa lógica meramente economicista. Têm sido vítimas do desinvestimento e do alheamento político.

Em primeiro lugar, defendo que os governos devam ver as empresas com outros olhos, elaborando uma lei enqua-

dradora que obrigasse à criação de reservas, uma espécie de “subsídios” destinados à manutenção de postos de trabalho em situação de aperto. Recorrendo a uma imagem que todos entendem, um guarda-chuva em tempos de crise, ainda para mais sabendo-se que as empresas portuguesas, devido à sua fragilidade, são especialmente vulneráveis a qualquer adversidade.

Se não se alterar a forma como os políticos perspetivam o tecido empresarial, as empresas continuarão a ser mais um parente pobre da sociedade. É certo que os eternos obstáculos que subsistem, como os asfíxiantes custos burocráticos e uma carga fiscal elevada e imprevisível, não ajudam, mas creio que para mudar é preciso começar pela mudança da cultura empresarial vigente.

Desfraldar a bandeira da descida do IRC não chega. A carga fiscal que pende sobre as empresas não se reduz a este imposto. E onde fica a tributação autónoma, o pagamento por conta, o pagamento especial por conta e outros encar-

gos indiretos, nomeadamente de natureza burocrática? Alguém perguntou às empresas quanto custa a declaração das guias de remessa e das faturas por via eletrónica ou a renovação dos programas informáticos de contabilidade? Neste como noutros dossiês, o legislador parece que nunca geriu uma empresa na vida. Enquanto a febre legislativa não abrandar, a desconfiança está para durar. A começar pelo entendimento que muitos governantes têm que os empresários são quase todos potenciais evasores fiscais.

Convém, contudo, realçar que é preciso os empresários fazerem a sua parte. O programa “Portugal 2020” assume uma importância crucial e julgo ser necessário sensibilizar os empresários a olharem para estes fundos europeus como uma oportunidade para darem a volta às suas empresas. Reestruturar as empresas para desempenharem de forma mais cabal a sua função económica e social é o desafio que se coloca. ■

O autor escreve ao abrigo do novo acordo ortográfico